

INTEGRAÇÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO

O Diálogo Brasil – UE sobre Política Regional

Índice

1. Introdução.....	3
2. Perspectivas futuras da política regional brasileira.....	3
3. Perspectivas futuras da política de coesão da UE.....	4
4. Resultados da cooperação para o Brasil.....	5
• Divulgação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e da Cooperação Brasil – UE em política regional.....	5
• Capacitação	5
• Suporte técnico e fortalecimento da capacidade institucional.....	5
• Intercâmbio e trocas de experiências.....	7
• Estudos em áreas estratégicas	7
5. Cooperação transfronteiriça UE-Brasil.....	8
6. Agenda de cooperação 2012-2015.....	9
7. Agenda de cooperação 2009-2011.....	10

© União Europeia, 2011

É permitida a reprodução desde que a fonte seja citada.

ISBN: 978-92-79-21160-7

doi:10.2776/41362

Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional

Unit B.1 – Comunicação, Informação e Relações com Países em Desenvolvimento

Raphaël Goulet

Avenue de Tervuren 41

1040 Bruxelas

BÉLGICA

Fax: +32 22966003

E-mail: regio-info@ec.europa.eu

Internet: http://ec.europa.eu/regional_policy/index_pt.cfm

1. Introdução

A redução das desigualdades regionais é objetivo explícito do Brasil e da União Europeia, previsto na Constituição Federal brasileira (art. 3º) e no Tratado que institui a Comunidade Europeia (art. 158). Dessa forma, a cooperação Brasil – UE para a política regional representa o reconhecimento da convergência desse objetivo e dos desafios comuns para atingi-lo.

Brasil e União Europeia possuem interesses e problemas semelhantes quanto à temática do desenvolvimento regional. As disparidades socioeconômicas de territórios ensejam políticas para a geração de oportunidades de desenvolvimento para regiões das 27 unidades federativas brasileiras e dos 27 países membros da UE. As alternativas superam a tradicional divisão norte-sul brasileira ou a distinção *antigos-novos* integrantes da UE, apontando para uma política mais abrangente da concepção de desenvolvimento regional.

Os desafios atuais encontram especificidades adicionais – mudanças na configuração econômica mundial, novos fluxos migratórios e de informações, alterações climáticas e de fontes energéticas, além das preocupações constantes com a sustentabilidade e o meio ambiente. Essas especificidades, dentre outras, antes de constituírem dificuldades, apontam para novas possibilidades de cooperação.

Nesse contexto, os desdobramentos da cooperação Brasil – UE para a política regional – formalizada em 29 de novembro de 2007 com a assinatura do Memorando de Entendimento (MoU) entre o Ministério da Integração Nacional e a Comissão Europeia – merecem destaque. Os objetivos então propostos – promover o entendimento mútuo e a cooperação bilateral na área de política regional e estabelecer canais de cooperação para o fortalecimento do intercâmbio de informações – norteiam as ações da cooperação até o momento. Dando seguimento à proposta, em 2008, por ocasião da participação da delegação brasileira no *Open Days*, foi lançada agenda de cooperação em Políticas Regionais para os anos de 2009 a 2011.

Reconhecendo a importância política e prática desta cooperação, o Parlamento Europeu fixado no exercício de 2009-2011 por colocar a política regional da UE em um contexto internacional mais forte e para mais cooperações com países fora da UE.

No período desse diálogo, diversos foram os avanços da política de desenvolvimento regional no Brasil e na União Europeia, de modo que a continuidade dessa iniciativa é de grande interesse para a questão da superação das desigualdades sociais e regionais em ambas localidades.

2. Perspectivas futuras da política regional brasileira



O Ministro Fernando Bezerra Coelho, do Ministério da Integração Nacional, que integra, desde janeiro de 2011, a equipe dirigente de governo da Presidente do Brasil Dilma Rousseff, tem declarado, desde sua posse, o compromisso de implantar estratégias de integração das economias regionais brasileiras, de modo a contribuir para a construção de um Brasil mais justo e equilibrado territorialmente. No bojo desse compromisso, declarou formalmente seu interesse na continuidade do diálogo e da troca de experiências com a Direção-Geral da Política Regional da Comissão Europeia no campo da política regional.

Segundo o Ministro, a “cooperação entre nossas instituições é, seguramente, fruto do reconhecimento da convergência de interesses, ideais e aspirações entre o Brasil e a União Europeia, bem como dos desafios comuns a enfrentar para se alcançar um desenvolvimento regional mais equilibrado”.

De modo a enfrentar o desafio de assegurar um desenvolvimento sustentável ao país, com diminuição das desigualdades regionais, foram definidos na atual gestão dois objetivos estratégicos, que nortearão a ação do Ministério, de 2011 a 2014:

- Elevar a política nacional de desenvolvimento regional à condição de política de Estado, articulando e coordenando a agenda de desenvolvimento regional do País.
- Fortalecer cadeias e arranjos produtivos locais, articulando os investimentos estruturadores, nas regiões de menor dinamismo econômico e social.

Ao dotar a política regional brasileira dos instrumentos que lhe permitam promover e fomentar a convergência da atuação pública no território estarão dadas as condições para uma ação territorial de âmbito nacional, sustentada e efetiva, voltada à transformação das estruturas produtivas de regiões onde a integração econômica ao mercado, a geração de emprego e a inclusão socioproductiva de populações de menor renda sejam prioridade e contribuam para a consecução do objetivo maior do atual Governo, de eliminação da pobreza extrema.

O Ministério da Integração Nacional lidera a discussão acerca da repactuação da estratégia e dos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional para o período 2012 - 2015. Dentre os instrumentos centrais dessa estratégia, cabe mencionar a meta de assegurar a constituição de um sólido modelo de governança da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, que possa abordar, de forma efetiva, um dos principais desafios da ação governamental regional no Brasil: a articulação, coordenação e integração de ações governamentais no território. As Unidades da Federação (os Estados Brasileiros) passam a ter papel ainda mais preponderante na estratégia brasileira de redução das desigualdades regionais, por meio da decisão de descentralização da política regional brasileira. A implementação de um novo modelo de financiamento da PNDR, com destaque para a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional – FNDR é igualmente outro instrumento-chave a ser criado na atual gestão do Ministério, imprescindível ao financiamento dos investimentos estruturadores, em todo o território nacional. O gol é avançar concretamente ao encontro da missão que cabe ao MI de “promover a integração nacional necessária ao desenvolvimento sustentável e à superação das desigualdades regionais do país, assegurando a inclusão socioeconômica, a melhoria da qualidade de vida, a proteção civil e a segurança hídrica da população brasileira”.

3. Perspectivas futuras da política de coesão da UE

A política de coesão da UE, de valor equivalente a quase €350 bilhões para um período de 7 anos, apóia 455 programas de desenvolvimento nacional e regional em toda a UE.

No contexto de ambos, a revisão do orçamento da UE e a Estratégia Europa 2020 - isto demonstra o modelo de desenvolvimento econômico sustentável para a UE para a próxima década - um leque de opções para a reforma da política, considerando que o período de financiamentos, cujo término ocorrerá em 2013, está em discussão.

Com a publicação do 5o relatório de coesão em novembro de 2010, a Comissão demonstrou suas idéias iniciais para simplificar e aperfeiçoar ainda mais a política de coesão do sistema de remessa e para melhorar a avaliação, desempenho e os resultados através do estabelecimento de um sistema de metas mais efetivo.

O relatório mostrou que a política de coesão promoveu uma contribuição significativa para o crescimento e a prosperidade, com números que demonstram como a política de coesão auxiliou na

criação estimada de 1,4 milhões de novos empregos e no retorno de 34 milhões de desempregados ao mercado de trabalho, aumentou a capacitação de outras 36 milhões de pessoas, financiou 4.700 km de estradas e 1.200 km de ferrovias de alta velocidade, proporcionou tratamento de esgoto para mais 23 milhões de pessoas, acesso a água potável para mais 20 milhões de pessoas, capacitação para 10 milhões de pessoas por ano, com foco nos grupos menos favorecidos da sociedade.

Entretanto, para a futura política de coesão, a Comissão propôs concentrar esforços no financiamento futuro das prioridades-chave em acordo com as metas da Europa 2020, objetivando maximizar o seu impacto.

Em conformidade, a Comissão propõe um contrato de parceria de investimento e desenvolvimento entre os Estados Membros, as regiões e a Comissão. Este contrato exigirá, de início, que os Estados Membros e regiões concentrem os recursos nacionais e da UE em um número reduzido de prioridades partindo de um menu que reflita as prioridades da Estratégia Europa 2020 - em resposta aos desafios específicos que eles enfrentam. Para cada prioridade selecionada, os Estados Membros e as regiões terão que estabelecer - logo no início do ciclo do programa - metas claras e mensuráveis para uma melhor avaliação do progresso. Ademais, o desempenho da política será fortalecido através da introdução de condições e incentivos. A crise econômica e financeira global revelou que políticas macroeconômicas sólidas, um ambiente microeconômico favorável e estruturas institucionais fortes são pré-condições para a criação de empregos, o estímulo do crescimento, a redução da pobreza e a introdução de algumas mudanças estruturais estão fortemente interligados.

Em acordo com as propostas da Comissão, o desembolso do



financiamento da UE poderia ser atrelado a reformas específicas intimamente relacionadas com as áreas de intervenção da política de coesão. Estas seriam negociadas e fixadas em um contrato no início do ciclo do programa. O objetivo principal é auxiliar países e regiões a lidar com problemas, considerando que experiências passadas têm se mostrado particularmente relevantes para a implementação da política. Estas podem estar relacionadas, por exemplo, com a funcionalidade do sistema público de contratação, a transposição da

legislação ambiental da UE de maior importância em leis nacionais, a existência de estratégias setoriais abrangentes (para os transportes, para o gerenciamento de resíduos ou especialização inteligente) ou os critérios para a seleção dos projetos.

Em relação ao sistema de gerenciamento e de remessa da política de coesão, a Comissão propõe um número de medidas para fortalecer a responsabilidade e a transparência do sistema de gerenciamento compartilhado, como, por exemplo, a apresentação por parte dos Estados Membros de uma declaração de conformidade em relação às suas contas.



A Comissão defende uma política de coesão que abrangerá todas as regiões da UE e, assim como ocorre atualmente, os recursos ficarão concentrados nas regiões e Estados-Membros menos desenvolvidos, em acordo com um sistema baseado no nível de desenvolvimento econômico a ser mensurado pelo PIB per capita. Isto também incluiria um sistema de transição transparente e justo. Deverá ser dada especial atenção àquelas regiões que ainda não completaram o seu processo de recuperação.

O relatório destaca atenção especial às cidades da UE. Com mais de 70% de europeus morando em cidades, elas são ao mesmo tempo desafios e peças chave para soluções. São desafios porque desperdiçam grandes quantidades de energia e recursos, geram quase 70% de todas as emissões de CO₂ e frequentemente são onde os problemas de exclusão social e pobreza se acumulam. São soluções porque oferecem amplas possibilidades para a inovação e a integração e de estruturas compactas, oferecem um enorme potencial para a economia de energia.

4. Resultados da cooperação para o Brasil

As ações e os produtos gerados por intermédio da cooperação Brasil – UE alcançaram amplos resultados para a política brasileira, de modo a viabilizar diferentes possibilidades de diálogo e prospecção de conhecimento. São pontos de destaque da cooperação:

• Divulgação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e da Cooperação Brasil – UE em política regional

A participação de delegação brasileira no evento europeu denominado *Open Days* nos anos de 2009 e 2010 constituiu uma oportunidade de apresentar a política regional brasileira em fórum internacional altamente qualificado, garantindo a divulgação da PNDR em âmbito global, com ampliação da rede de parceiros e de contatos para além do território europeu.

Experiência interessante quanto à propagação e debate das políticas regionais também foi a realização conjunta da Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional e do Seminário Internacional em parceria com a UE nos anos de 2009 e 2010. Esses eventos permitiram a divulgação de produtos em territórios não habituais e o estabelecimento de contatos entre atores de todas as regiões do país. A reunião de especialistas europeus nas Mostras ainda possibilitou o acúmulo de conhecimento sobre as políticas regionais brasileiras e a difusão de experiências acerca da temática. As Mostras Nacionais, no cenário brasileiro, têm afinidade com *Open Days* europeu.

Em relação à difusão da política regional em ambiente internacional ainda merece destaque a participação do Ministério da Integração Nacional e da DG-Regio na ExpoXangai 2010. Na oportunidade, a cooperação Brasil – UE em desenvolvimento regional foi apresentada pelo diretor da DG-Regio, Ronald Hall, de modo a contribuir para a divulgação dos êxitos da cooperação e estimular parcerias internacionais para o desenvolvimento regional.

• Capacitação

No que toca à iniciativa relativa à capacitação, técnicos do Ministério da Integração Nacional, já em 2009, tiveram a oportunidade de conhecer diversos aspectos da política regional europeia na I Oficina de Capacitação realizada, de forma a permitir a caracterização da política regional europeia em vista da política nacional. A capacitação propiciada pela UE foi estendida a servidores de outros órgãos federais com interesse em políticas regionais e territoriais na II Oficina proposta. Ainda, atores locais e regionais – com representação de municípios, estados, terceiro setor e iniciativa privada – foram priorizados na III edição da Oficina de Capacitação sobre a política regional da União Europeia realizada em Foz do Iguaçu.

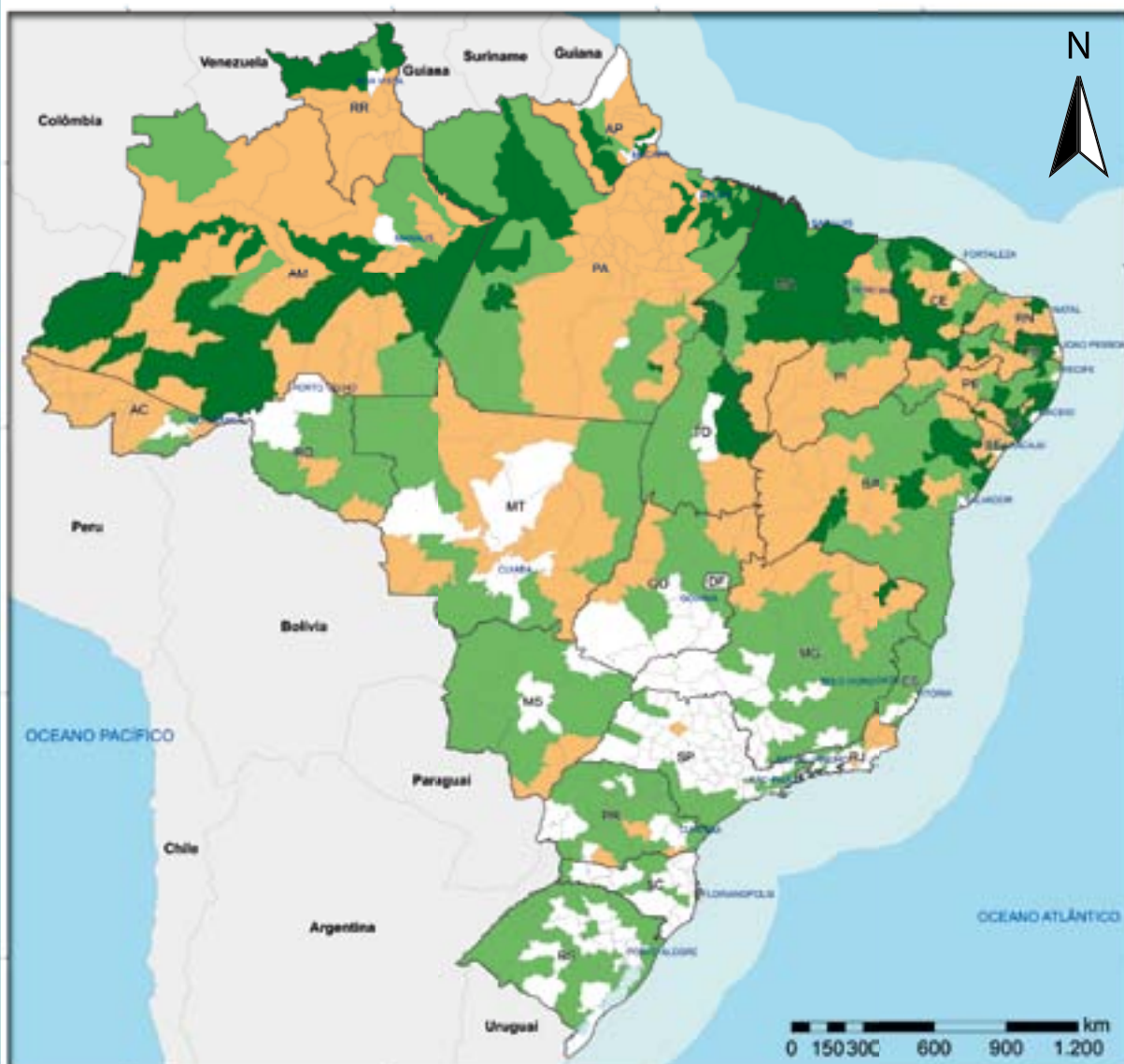


INTEGRAÇÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO

O Diálogo Brasil – UE sobre Política Regional

Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR

Mapa da Tipologia 2005



Legenda

Tipologia PNDR

- Alta Renda
- Estagnada
- Dinâmica
- Baixa Renda

Elementos de Cartografia

- Divisão Estadual
- Zona Exclusiva de Exploração

O que é a tipologia Sub-Regional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR

A tipologia da PNDR foi construída com o propósito de estabelecer um quadro referencial das desigualdades regionais, destacando a necessidade de promoção de programas e ações articuladas com a superação do problema. A metodologia está baseada em duas variáveis: i) Rendimento Doméstico Médio Mensal por Habitante (Censo IBGE 2000), englobando todas as fontes declaradas (salários, benefícios, pensões, etc.) convertido à paridade do poder de compra pelos valores das cestas básicas do DIEESE, 2000; ii) Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por Habitante ajustada pelos deflatores implícitos do IBGE (estimados para cada estado e por grande setor); para cálculo desta taxa aplicou-se, ainda, o critério de médias móveis trienes nos extremos da série (1990 a 1992, segunda estimativa do IPEA 2000 a 2002; fonte IBGE). As séries de indicadores foram divididas em três faixas de valores - alta, média e baixa - e organizadas segundo a lógica do quadro ao lado, que é a mesma do mapa acima.

A unidade territorial de base do mapa é a microrregião geográfica do IBGE. No caso dos estados do Acre, Amazonas, Roraima, Amapá e Pará, que apresentam os maiores tamanhos municipais do país, a unidade adotada é o município, mantido o padrão de distribuição microrregional dos indicadores.

VARIACÃO DO PIB	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL (POR HAB)		
	ALTA	MÉDIO	BAIXO
ALTA	ALTA RENDA	DINÂMICA	
MÉDIA		ESTAGNADA	BAIXA RENDA
BAIXA			

Fontes: Rendimento Doméstico Médio Mensal (RDM) constante de 2000; PIB Municipal Médio Trienal 1990/1992/1993-1995 constante de 2002; PIB Municipal Médio Trienal 2000/2002 (IBGE-IB) constante de 2002; Cesta Básica Média 2000 (DIEESE)

Elaboração: Ministério da Integração Nacional
Data de Execução: Brasília, 6 de setembro de 2007

• Suporte técnico e fortalecimento da capacidade institucional

Na prioridade relativa a ações de suporte técnico ao fortalecimento da capacidade institucional e de práticas de avaliação e acompanhamento de planos e programas de desenvolvimento regional, pode-se citar a aproximação entre os órgãos de controle brasileiros e seus congêneres na União Europeia, diante de intercâmbio realizado com esse objetivo. Como fruto desse intercâmbio, foi realizado um curso no Brasil sobre técnicas de controle na política regional europeia, contando com a participação de representantes de órgãos executores e de controle do governo federal. A experiência abre caminho para uma maior interlocução entre esses órgãos, viabilizando meios de se conseguir maior sinergia na ação governamental.



Relevante questão também abrangida pela cooperação foi o modelo de gestão da PNDR. Oficina realizada sobre o tema trouxe os debates recentes sobre a política de desenvolvimento regional. Representantes da DG-Regio, da academia e do Ministério da Integração discorreram sobre o assunto, explicitando o contexto atual da PNDR e os principais desafios a serem superados para a construção de um modelo de gestão e governança que permita a articulação social, intersetorial e federativa da política regional brasileira.

• Intercâmbio e trocas de experiências

O eixo concernente a intercâmbio de experiências e práticas no campo de políticas regionais resultou na realização de dois intercâmbios de representantes de territórios priorizados pela política regional brasileira a regiões congêneres europeias. Em 2009, representantes brasileiros visitaram projetos e atividades produtivas de destaque na França, Itália, Portugal, Espanha e Alemanha. Os integrantes da comitiva formada por técnicos, gestores e produtores das mesorregiões diferenciadas brasileiras tiveram a oportunidade de conhecer projetos de apoio ao desenvolvimento regional e vivenciar, in loco, experiências consolidadas na União Europeia. Foram beneficiados os setores da vitivinicultura, apicultura, gemas e jóias, artesanato mineral e gestão de parques naturais. Em 2010, membros da delegação brasileira provenientes de nove mesorregiões de desenvolvimento, da faixa de fronteira e do

semiárido brasileiro conheceram o modelo europeu de organização dos setores produtivos e a estrutura de funcionamento da política regional europeia, inclusive os mecanismos de gestão dos fundos europeus para o desenvolvimento.

Ainda no que tange à troca de experiências, a visita técnica a Arranjos Produtivos Locais (APLs) /Clusters na Europa possibilitou o conhecimento do trabalho europeu na elaboração de políticas públicas que aumentam a competitividade de APLs por meio de inovação. A visita contou com técnicos de diversos órgãos brasileiros a diferentes países com distintas experiências bem-sucedidas acerca do tema. A proposta representou, assim, a ampliação da cooperação MI e DG-Regio a outras instituições parceiras do governo federal brasileiro. O resultado posterior dessa iniciativa foi a realização de Seminário Internacional de Inovação para APLs no Brasil, para um público institucionalmente selecionado de acadêmicos, representantes de órgãos de governo e do setor produtivo. Os eixos temáticos norteadores do Seminário com foco em inovação – investimento e financiamento, formação e capacitação, acesso aos mercados interno e externo e governança e inovação – permitiram ricas exposições e debates acerca das experiências brasileiras e europeias.

Outra linha de ação de grande potencial nesse âmbito é a relação entre a academia e a política regional. O intercâmbio realizado dentro da cooperação possibilitou um olhar diferenciado sobre o papel da academia na política regional brasileira. Dessa forma, a primeira oficina sobre o tema constituiu um avanço no espaço de discussão e articulação entre centros de pesquisa voltados ao desenvolvimento regional e a PNDR.

• Estudos em áreas estratégicas

A inovação, que exerce papel fundamental e crescente para as políticas regionais, foi prestigiada com a publicação de Estudo Comparativo dos Sistemas Regionais de Inovação - Santa Catarina e Córdoba. O Estudo constitui um diagnóstico detalhado dos aspectos econômicos e das institucionalidades relacionadas à inovação, abrangendo políticas públicas e *stakeholders* nas localidades abrangidas. A publicação supera o aspecto descritivo, na medida em que analisa casos europeus e aponta possibilidades de cooperação entre atores regionais e com a União Europeia.



Objeto de destaque para o futuro da cooperação Brasil – UE é o enfoque em ações em áreas de fronteira. Nesse sentido, em 2010 foi realizado um Estudo acerca da Cooperação Transfronteiriça na América Latina por intermédio da Associação das Regiões Fronteiriças Europeias (AEBR). O Estudo apresentou, além de uma descrição geral acerca dos mecanismos de cooperação entre os países latino-americanos, uma análise *SWOT* detalhada na tríplice fronteira Brasil – Argentina – Paraguai e na fronteira Brasil – Uruguai. A partir dessa análise foram propostas recomendações a partir dos potenciais identificados para projetos conjuntos entre os países envolvidos. Aspectos de curto, médio e longo prazo também foram analisados e sugeridos com base no contexto identificado e na experiência europeia de cooperação transfronteiriça.

Também deve ser ressaltado o apoio da cooperação Brasil – UE em políticas regionais ao Estudo de Análise Territorial – *Territorial Review* – conduzido pela OCDE. Esse estudo, financiado em grande parte por intermédio da Cooperação em vigência, tem por objetivo analisar como a dimensão territorial se insere na formulação de políticas públicas e na atuação governamental, nas fases de planejamento, alocação orçamentária, implementação, monitoramento e avaliação, buscando identificar processos e instrumentos que possam ser estabelecidos no Brasil com base em experiências internacionais bem-sucedidas. A apresentação do estudo, prevista para o corrente ano, permitirá um diagnóstico abrangente das políticas regionais brasileiras e suas relações econômicas e institucionais, de modo a trazer maiores informações para a formulação e implementação dessas políticas.

5. Cooperação transfronteiriça UE-Brasil

A Cooperação Territorial Europeia, objeto da política de coesão da UE tem como propósito encorajar a cooperação transfronteiriça - seja ela entre países ou regiões, incluindo aquelas regiões localizadas fora do continente europeu, como a Guiana Francesa – algo que não aconteceria sem a ajuda da política de coesão. Neste sentido, ela é um complemento indispensável para o mercado comum europeu.

Um objetivo específico do programa de cooperação UE-Brasil sobre política regional, no período entre 2009-2011, foi o auxílio na implementação de projetos de geração de emprego e de renda em áreas de fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, o que poderá funcionar como um projeto piloto para a avaliação da incorporação de novas práticas de gerenciamento, bem como de plataformas para novos experimentos regionais.

Estes projetos são patrocinados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Programa Operacional Amazônia, no âmbito do objetivo Cooperação Territorial Europeia para a França em parceria com o Brasil (estados do Amapá, Pará e Amazonas) e o Suriname. O custo total do programa é de 17,1 milhões de Euros com uma contribuição do FEDER de 12,8 milhões de Euros e mais a contrapartida financeira do Suriname e do Brasil.



O programa irá implementar ações com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável dos ecossistemas da Amazônia, para fortalecer o interesse pela região amazônica (especialmente o desenvolvimento do turismo), para promover a produção local, para encorajar a introdução de programas de pesquisa conjuntos e para aproximar a população local, a partir da criação de cerca de 30 redes transfronteiriças em educação e treinamento e da organização de vários eventos culturais conjuntos.

Desenvolvimento econômico da Bacia do Rio Oiapoque

Um projeto-piloto para o desenvolvimento da Bacia do Rio Oiapoque vem sendo desenhado desde 2008 para trabalhar as interações da região fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, que apresenta muitos problemas devido ao garimpo ilegal, à construção da ponte internacional que ligará Oiapoque a Saint Georges du l'Oyapock e seus derivados.

O objetivo principal é coordenar os diferentes projetos financiados pela União Europeia, França e Brasil na região. É implementado em conjunto com o Ministério da Integração Nacional e com o estado do Amapá.

Problemas de debilidade institucional tanto no estado do Amapá como no município de Oiapoque foram grandes obstáculos, que agora parecem resolvidos ou amenizados.

A criação do Conselho de Desenvolvimento da Bacia do Rio Oiapoque em 2011 é o resultado desses anos de visitas e interações. Este será foro de discussões sobre o desenvolvimento da região e muito mais, será responsável por elaborar projetos conjuntos que tentarão resolver os entraves binacionais. Usar-se-ão recursos brasileiros e do PO Amazônia, para a diminuição das assimetrias e alcance de nosso objetivo: o desenvolvimento integrado da Bacia.

O plano de ação conjunta estabelecido em 2011 examinará os seguintes campos de cooperação:

- Proteção e conservação de patrimônio histórico
- Execução conjunta de serviços para a população (proteção civil, treinamento)
- Desenvolvimento do turismo
- Reforçar o desenvolvimento econômico
- Cooperação administrativa, serviços aduaneiros e cooperação política.

6. Agenda de cooperação 2012-2015

Após mais de 3 anos de cooperação efetiva Brasil – UE para o desenvolvimento regional, já é possível uma avaliação da proposta e a inclusão de novos temas prioritários na agenda da iniciativa. Dessa forma, fica claro que as linhas priorizadas na gênese da cooperação devem ser mantidas, especialmente no que tange à troca de experiências/apoio técnico e ao fortalecimento da capacidade institucional e de governança da política regional brasileira, em vista dos resultados bem-sucedidos alcançados até o momento.



Não obstante, novas questões devem ser contempladas. Os projetos transversais são de grande interesse, podendo abranger diferentes agências europeias e outros Ministérios e órgãos governamentais no Brasil.

A questão transfronteiriça também merece destaque. A gestão conjunta de projetos nas fronteiras ganha destaque como potencial de integração e articulação regional, especialmente no âmbito do Mercosul, de modo que a experiência europeia é de grande valia.

Nesse sentido, foram definidos os seguintes eixos prioritários de interesse para a agenda de cooperação Brasil – UE para o período 2012-2015:

- fortalecimento da capacidade institucional e apoio à governança da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR;
- intercâmbio de informação e boas práticas no campo de políticas regionais/territoriais;
- apoio a projetos e ações relacionadas à ampliação da cooperação transfronteiriça.

As perspectivas futuras da cooperação Brasil – UE para o desenvolvimento regional são, portanto, ainda mais promissoras do que os bem-sucedidos resultados alcançados até o momento. A complexidade do tema, os inúmeros desafios, a convergência de interesses e as diferenças econômicas e sociais das diversas regiões brasileiras e europeias contribuem para o enriquecimento desse diálogo.

7. Agenda de cooperação 2009-2011

A agenda de cooperação Brasil – UE em políticas regionais 2009-2011 definiu dois campos de interesse prioritários: i) intercâmbio de experiências e práticas no campo de políticas regionais; e ii) ações de desenvolvimento regional. Esse período de cooperação envolveu de suporte técnico ao fortalecimento da capacidade institucional e de avaliação e controle de práticas para planos e programas de diferentes atividades e resultados, como descrito abaixo:

2009

- I Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional – Seminário Internacional –(março/Salvador-BA).
- Participação de delegação brasileira na Conferência sobre Governança Regional em um Contexto Global (maio/Bruxelas).
- I Oficina de Capacitação Brasil – UE para o Desenvolvimento Regional (maio/Brasília-DF).
- II Oficina de Capacitação Brasil – UE: Subsídios da Experiência Europeia para a Política Regional Brasileira (setembro/Brasília-DF).
- I Intercâmbio de representantes dos territórios prioritários da política regional brasileira (mesorregiões brasileiras) a regiões congêneres europeias (setembro-outubro/Europa).
- Participação de delegação brasileira no *Open Days* 2009, e em especial, em evento dedicado à cooperação mantida com o Brasil: Painel de Alto Nível sobre Cooperação em Política Regional (outubro/Bruxelas).
- Elaboração do Plano de Ação da Cooperação para 2010 (outubro/Bruxelas).
- III Oficina de Capacitação Brasil – UE, com foco em temas de interesse dos espaços prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR (dezembro/Foz do Iguaçu-PR).



2010

- II Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional/Seminário Internacional (março/Florianópolis).
- Visita técnica a Arranjos Produtivos Locais (APLs) europeus – ação em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC)/Grupo de Trabalho em Arranjos Produtivos Locais (GTP_APL) (maio/Europa).
- Realização de Seminário Internacional para divulgação dos resultados da visita técnica aos Arranjos Produtivos Locais – ação em parceria com MDIC/GTP APL (junho/Brasília).
- Intercâmbio entre instituições e órgãos federais envolvidos com a produção e divulgação de informações, e de auditoria e avaliação de políticas regionais, com órgãos congêneres da União Europeia – ação em parceria com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Tribunal de Contas da União - TCU e Controladoria Geral da União - CGU (junho/Europa).
- Realização conjunta do Seminário Internacional “Água para o desenvolvimento”, realizado por ocasião da ExpoXangai 2010 no pavilhão do Brasil (setembro/Xangai – China).
- Oficina de Avaliação da Cooperação Brasil – UE em Política Regional (junho/Brasília-DF).
- II Intercâmbio de representantes dos territórios prioritários da política regional brasileira a regiões congêneres europeias (setembro-outubro/Europa).
- Participação de delegação brasileira no *Open Days 2010* e no Seminário Brasil – UE (outubro/Bruxelas).
- Oficina Brasil – UE: propostas de um novo modelo de gestão para a PNDR Fase II (novembro/Brasília).
- Intercâmbio de entidades da academia brasileira com congêneres da Europa (novembro/Europa).
- Apoio à realização de Estudo Comparativo dos Sistemas Regionais de Inovação – Santa Catarina e Córdoba.
- Apoio à elaboração de Estudos Estratégicos em Regiões de Fronteira do Brasil – Informe sobre Cooperación Transfronteriza en América Latina. Contribución al proceso de integración regional, por meio da Associação das Regiões Fronteiriças Europeias (AEBR).
- Apoio à elaboração do *Territorial Review* – Estudo de Análise Territorial Brasileiro, com protagonismo técnico da OCDE, sob coordenação do Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão (MPOG) no Brasil.

2011

- Oficina Brasil–UE: O papel da academia para a política regional brasileira (abril 2011/Brasília-DF).
- Oficina de Planejamento da Cooperação Brasil–UE para o período 2011-2015 (abril 2011/Brasília-DF).
- Curso Procedimentos e Técnicas do Sistema de Controle da Política Regional na União Europeia – ação em parceria com TCU/CGU (abril 2011/Brasília-DF).
- Missão técnica Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) junto à Eurostat no âmbito do Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional (março 2012/ Bruxelas e Luxemburgo).
- Estágios técnicos MI/TCU/CGU para consolidação das práticas em procedimentos e técnicas do sistema de controle da política regional na União Europeia (março 2012/ Europa).
- Participação no Open Days 2011 e no Seminário “A Cooperação UE e América Latina em políticas regionais: contribuição ao processo de integração regional” (outubro 2012/Bruxelas).
- Intercâmbio Brasil – UE: Fortalecimento de Centros de Pesquisa e Programas de Pós-graduação em Apoio à Política Regional (março 2012/Europa).
- IV Oficina de Capacitação Brasil – UE: Gestão e Governança da Política Regional Europeia (novembro 2011/Brasília-DF).
- Oficina de avaliação dos resultados da Territorial Review – OCDE/Brasil para a cooperação Brasil – UE: implicações e desafios (novembro 2011/Foz do Iguaçu-PR).



■ Serviço das Publicações

ISBN: 978-92-79-21160-7
doi:10.2776/41362

